

» Entrevista | **THIAGO COSTA** | SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSESP

Conferência Nacional no DF reúne cerca de 3 mil representantes de forças policiais para construir um pacto federativo em torno de projetos prioritários. Em debate, entre outros temas, a reformulação da PEC 18/25 para taxar as casas de aposta

# Dinheiro das Bets na prevenção ao crime

» VITÓRIA TORRES\*

O secretário-executivo do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (Conseps) e da Secretaria de Segurança Pública do DF, Thiago Costa, foi o entrevistado do programa CB.Poder — parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília — de ontem. Às jornalistas Samantha Sallum e Jaqueline Fonseca,

ele antecipou os objetivos da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que será hoje, em Brasília, com a presença de cerca de 3 mil representantes de forças policiais. Costa defendeu a reformulação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25 da Segurança Pública, incluindo, por exemplo, a destinação de parte da arrecadação das Bets para o setor. A seguir, trechos da entrevista:

**A Conferência Nacional reúne as lideranças das forças de segurança. Qual é o objetivo principal?**

Queremos apresentar propostas que ajudem a segurança pública. O Conseps reúne todos os secretários estaduais do país. Estão convidados os comandantes gerais das polícias militares, os delegados gerais das polícias civis, os comandantes dos corpos de bombeiros, os chefes das perícias, os secretários dos sistemas prisionais e representantes das guardas municipais, além de

órgãos federais. O objetivo é compor e construir um pacto federativo em torno de projetos prioritários — que envolvem não apenas a PEC da Segurança Pública, mas também um pacote legislativo elaborado pelo Conseps. A partir do que pode ou não ser acolhido na Constituição, construímos propostas em forma de projeto de lei ordinária, voltadas ao que mais afeta o cidadão: roubo, tráfico de drogas e crime organizado. Nosso intuito é promover o debate e apresentar encaminhamentos importantes para todo o país.

Ed Alves CB/DA Press



**O que ficou de fora da PEC da Segurança, na avaliação dos secretários?**

Após a apresentação da PEC pelo governo federal, os secretários fizeram uma análise e apresentaram um texto alternativo, com alguns pontos semelhantes — como a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública e a integração das bases de dados, que é essencial para a eficiência do sistema. Mas outros temas relevantes não foram acolhidos, como a proposta de destinar parte da arrecadação das Bets para financiar a segurança pública. Também há a questão da composição do Conselho Nacional de Segurança Pública, que hoje não está regulamentado por lei. Ele é instituído por portaria do Ministério da Justiça, o que o torna juridicamente frágil.

**O conselho é coordenado pelo Ministério da Justiça?**

Sim. E por não ter regulamentação



**A partir do que pode ou não ser acolhido na Constituição, construímos propostas voltadas ao que mais afeta o cidadão: roubo, tráfico de drogas e crime organizado"**

em lei, sua estrutura é vulnerável. Hoje, o conselho tem cerca de 50 membros, entre titulares e suplentes. Menos da metade são, de fato, profissionais da área de segurança. Há representantes de vários ministérios, do Gabinete de Segurança

Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, das polícias federal e estaduais, além das guardas municipais. A ideia é que ele tenha voz ativa na formulação da Política Nacional de Segurança Pública e represente, de forma efetiva, os entes federativos, que dividem com a União essa responsabilidade.

**Quais são as outras propostas prioritárias?**

A segunda proposta trata da compensação financeira aos estados e ao DF pelo trabalho de repressão ao tráfico de drogas. Embora o tráfico internacional seja competência da Polícia Federal, a repressão e a prevenção exigem a atuação efetiva das polícias estaduais. Estados de fronteira, por exemplo, empregam intensamente suas polícias Militar e Civil nesse combate. Quando apreendem bens ligados ao tráfico, esses valores vão integralmente para o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), administrado pelo Ministério da Justiça. Propomos que, nos casos em que os bens apreendidos forem provenientes de operações dos estados, os valores retornem diretamente a eles. Essa lógica já existe na Lei de Lavagem de Dinheiro. Assim, os recursos seriam aplicados de forma mais justa e eficiente, incentivando o trabalho das forças estaduais.

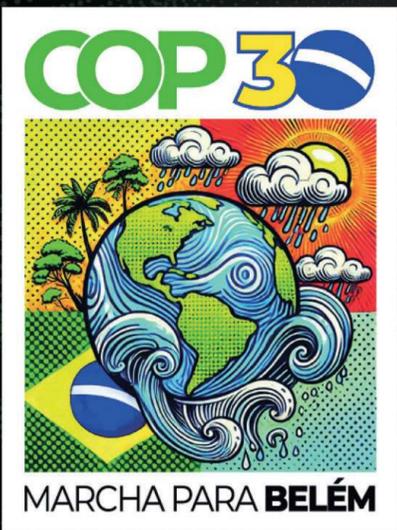
**\*Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho**

**Reduzir o número de membros tornaria o conselho mais eficiente?**

Com certeza. O modelo que propomos, dentro do pacote legislativo, é inspirado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que têm previsão constitucional e cerca de 15 membros. Nossa proposta é de que o Conselho de Segurança tenha 18 membros, com representantes do



Aponte a câmera do celular e assista à íntegra do programa



## O futuro *caminha* com a gente

O Correio Braziliense traz para você a cobertura completa da COP 30

**Em 2025, os olhos do mundo estarão voltados para a Amazônia.**

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP30 – acontece em Belém, trazendo líderes globais, especialistas e milhões de pessoas em torno de um só propósito: agir pelo futuro do planeta.

É nesse cenário que nasce o especial Marcha para Belém, uma iniciativa de sustentabilidade do Correio Braziliense conectada à agenda da COP30, com ações concretas de impacto ambiental, social e educativo na região amazônica.



Aponte a câmera para o QR CODE e entre em contato com o nosso comercial



realização:

